

**Manual de procedimentos de inspeção e fiscalização de aves, lagomorfos e derivados em**  
**estabelecimentos sob chancela da inspeção estadual (SIP/POA)**

Código: MAN/DPAV/004

Versão 002

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 1 de 35

## *1. OBJETIVO*

O objetivo deste manual é orientar a execução das atividades de inspeção e fiscalização das aves e derivados no âmbito do Serviço de Inspeção Estadual do Paraná assegurando a eficácia dos controles oficiais e promovendo a uniformidade dos procedimentos executados.

Assim, servirá de guia aos Médicos Veterinários Inspectores (MVI) dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção do Estado do Paraná / Produtos de Origem Animal (SIP/POA) na execução de suas atividades de inspeção das aves e derivados, no âmbito do SIP/POA.

## *2. OBRIGAÇÕES*

Os médicos veterinários inspetores dos estabelecimentos registrados na Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DPAV da ADAPAR, devem:

I - Estar presente do início ao término das atividades inerentes ao abate, incluindo os procedimentos de higienização pré e pós-operacional;

II - Confirmar o recebimento dos animais no Sistema Informatizado da ADAPAR, tendo como referência as Guias de Trânsito Animal (GTAs);

III - Desenvolver a rotina de inspeção ante mortem e post mortem, coleta de amostras, assim como a utilização de modelos de planilhas e demais documentos previstos neste Manual;

IV - Disponibilizar, sempre que requerido pelos proprietários dos animais abatidos, laudo em que conste as eventuais enfermidades ou patologias diagnosticadas nas carcaças durante a inspeção sanitária e suas destinações;

V - Não autorizar o início do abate sem que haja funcionários em número suficiente para o bom andamento do processo;

VI - Controlar a numeração de lacres, previamente aprovados pela ADAPAR, utilizados em equipamentos, salas, portas de saídas de emergência, caminhões e cargas. A numeração dos lacres será única e de forma sequencial crescente, composta de 4 dígitos numéricos (0001 a 9999), seguida pelo número e letra de registro do estabelecimento no DPAV (ex.: 0001/XXXX-A);

VII - Ser responsável pelo treinamento e controlar as atividades dos auxiliares de inspeção sob sua tutela;

VIII - Abrir Registro de Não Conformidade (RNC) diante dos desvios observados durante o abate e acompanhar o cumprimento das ações corretivas;

IX - Comunicar os Fiscais da ADAPAR, imediatamente, quando da emissão de uma RNC que expõe em risco a saúde pública ou tenha sido motivo de dolo ou má-fé;

X - Comunicar os Fiscais da ADAPAR, durante a fiscalização do estabelecimento, todas as RNCs geradas no período entre as fiscalizações;

XI - Emitir certificado sanitário quando a legislação prever;

XII - Enviar ao Fiscal de Defesa Agropecuária, responsável pela fiscalização do estabelecimento, os dados nosográficos até o 5º dia útil do mês subsequente;

XIII - Notificar à ADAPAR, em modelo padronizado, as doenças de notificação obrigatória de impacto para a saúde pública ou defesa sanitária animal, conforme prevê a Instrução Normativa nº 50 de 24 de setembro de 2013.

### *3. INSPEÇÃO ANTE MORTEM*

#### *3.1. Obrigações*

Considerando a necessidade de se estabelecer orientações sobre a documentação de trânsito de animais destinados ou oriundos de abatedouro, bem como de padronizar procedimentos junto à ADAPAR, apresentamos os procedimentos a serem adotados nos abatedouros.

A inspeção ante mortem contempla a verificação da documentação dos animais com a avaliação das suas condições de saúde, de forma individual ou em lote, por meio do exame visual e por meio do exame clínico quando este último for necessário.

O abatedouro frigorífico é responsável pela recepção dos animais, avaliação dos documentos de trânsito animal e demais informações que os acompanham. Esses procedimentos devem estar contemplados nos seus programas de autocontrole.

A inspeção ante mortem e o preenchimento do FORM DPAV/018 - AVALIAÇÃO DOCUMENTAL E EXAME CLÍNICO DOS LOTES ENCAMINHADOS PARA O ABATE, é atribuição do MVI, podendo ser assistido por Auxiliares de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal (AI), em conformidade com as devidas competências legais.

Para a realização da inspeção ante mortem, caberá aos FDA, MVI ou AI a verificação da documentação de procedência dos animais apresentada pelo abatedouro frigorífico. Essa documentação deve ser fornecida pelo abatedouro frigorífico ao MVI.

Os estabelecimentos devem dispor de programas de autocontrole desenvolvidos, implantados, mantidos, monitorados e verificados pelo estabelecimento, contendo registros sistematizados e auditáveis que comprovem o atendimento aos requisitos higiênico-sanitários e tecnológicos estabelecidos em Portarias da Adapar e em normas complementares, o controle de matéria prima, incluindo suínos vivos, rastreabilidade e o bem-estar animal estão contemplados dentre os programas

de autocontrole mínimos exigidos.

A Adapar deverá avaliar se o abatedouro frigorífico contempla, nos programas de autocontrole, os procedimentos de recepção e segregação de aves, nos casos aplicáveis, além do registro e monitoramento de informações essenciais como: lote, Identificação das Guias de Trânsito Animal (GTAs) de saída do estabelecimento de criação, número de ave declaradas na GTA, número de animais recebidos, eventuais discrepâncias na GTA a serem comunicadas ao emissor da GTA para providências, eventuais justificativas e ações tomadas pelo abatedouro e emissor da GTA, data e hora do recebimento, data e hora da “liberação para abate”, identificação do lote e o motivo da segregação.

Devem ser cotejadas as informações e os dados apresentados quanto aos animais recebidos e quanto aos requisitos legais específicos, bem como avaliadas a autenticidade e a integridade física dos documentos.

Na GTA devem ser verificados os dados obrigatórios de procedência, destino, número e série do documento, identificação do emitente, número de animais, finalidade e informações complementares, de acordo com as normas do Departamento de Saúde Animal da Adapar, bem como as informações sobre vacinação obrigatória e se há restrições sanitárias ou de indicações de programas oficiais, como em violações no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC).

### 3.2. Documentação

Para a realização da inspeção *ante mortem*, o MVI irá considerar como “lote para abate” as aves oriundas de um mesmo núcleo, conforme definido no inciso II do art. 2º da Instrução Normativa MAPA nº 100, de 2020. Durante a inspeção *ante mortem* os MVI devem:

I - Exigir os documentos sanitários (boletim sanitário, FORM IN, quando aplicável, e outros documentos pertinentes), Guias de Trânsito Animal e cópia do certificado sanitário (em caso de abate de matrizes);

II - Preencher FORM DPAV 018 - AVALIAÇÃO DOCUMENTAL E EXAME CLÍNICO DOS LOTES ENCAMINHADOS PARA O ABATE;

III - Conhecer o histórico do lote, para evitar o abate em conjunto de aves que tenham sido acometidas de doenças que justifiquem o abate em separado, através da matança de emergência imediata. Esses documentos de acompanhamento do lote, ou cópias deles, devem chegar ao médico veterinário inspetor com 12 horas de antecedência para a análise;

IV - Analisar os documentos buscando indícios de ocorrências sanitárias no lote e fazendo o cálculo de mortalidade durante o alojamento e transporte;

V - No caso da realização de necropsia, deverá ser utilizado o FORM DPAV 019 - RELATÓRIO DE NECROPSIA e o FORM DPAV 020 – BOLETIM DE NECRÓPSIA;

VI - Observar as condições de transporte de aves vivas, com atenção especial à lotação ideal das gaiolas;

VII - Detectar doenças que não seja possível a identificação no exame *post mortem*, especialmente as que afetam o sistema nervoso;

VIII - Identificar lotes de aves com suspeitas de problemas que comprovadamente justifiquem a redução na velocidade normal de abate, para exame mais acurado;

IX - Identificar lotes de aves que tenham sido tratados com antibióticos, através dos documentos sanitários, para efeito de sequestro, objetivando a realização de análises laboratoriais com vistas à possível presença de resíduos na carne;

X - Evitar o abate de aves com repleção do trato gastrointestinal, sendo necessário o cumprimento da suspensão alimentar por um período mínimo de 8 (oito) horas a 10 (dez) horas;

XI - Quando houver a necessidade da realização de matança de emergência imediata, esta deverá ser cercada de todos os cuidados higiênicos e sanitários e ao término será realizada completa higienização e, quando necessitar, desinfecção das instalações, equipamentos e utensílios, bem como a renovação total da água dos pré resfriadores e escaldadeiras;

XII - Em lotes nos quais forem comprovadamente detectadas aves com zoonoses, o médico veterinário inspetor poderá autorizar o sacrifício ao final da matança, se forem observadas precauções para reduzir ao máximo os riscos de propagação dos agentes causadores e atendidas às demais disposições expedidas pela ADAPAR ou instância de Defesa Agropecuária Superior, devendo neste caso ocorrer a condenação de carcaças e respectivas vísceras;

XIII - Deverá ser proibido o abate de aves submetidas a tratamento com medicamentos e que não tenha sido obedecido o prazo recomendado entre a suspensão da aplicação e data de abate;

### *3.2.1. Documentação de trânsito dos animais*

Considerando a necessidade de se estabelecer orientações sobre a documentação de trânsito de animais destinados ou oriundos de abatedouro frigorífico, bem como de padronizar procedimentos junto aos Órgãos Executores de Sanidade Agropecuária (OESA), apresentamos os procedimentos a serem adotados nos abatedouros frigoríficos, conforme descritos no Ofício - Circular Conjunto nº 01/2021/DSA/DIPOA/SDA/MAPA, de 28 de janeiro de 2021.

*Emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) para saída de animais de abatedouro*

- a) Toda GTA de saída de animais de abatedouro somente poderá ser confeccionada a partir de GTA emitida para a movimentação dos animais para o referido estabelecimento, e terá como origem o abatedouro onde se encontram os animais; e
- b) A GTA de saída, que poderá ser solicitada formalmente pelo produtor ou responsável legal pela propriedade, ou pelo responsável legal pelo abatedouro, será emitida pela ADAPAR e conterá, no campo aberto, o número e série, e a data de emissão da GTA de origem, o número real de animais recebidos, a data de chegada e o número de animais a serem devolvidos.

*Divergências entre informações das GTA emitidas com finalidade de abate e dos animais recebidos no abatedouro*

Havendo constatação de divergência entre quantidade ou sexo dos animais recebidos no abatedouro e o descrito na GTA de origem, o abatedouro deverá realizar os procedimentos de avaliação de procedência e, caso necessário, de consulta junto a ADAPAR e ao proprietário e, se aplicável, segregar o lote de animais até que sejam apresentados os documentos que comprovem a procedência dos animais recebidos em número divergente ao descrito na respectiva GTA;

Para avaliação de procedência, deverão ser utilizados os seguintes indicativos: nota fiscal do produtor; características gerais dos animais (lotes heterogêneos), incluindo raça, linhagem, porte, idade, escore corporal, entre outros;

Diante da constatação de divergência na quantidade, cujo número de animais recebidos seja inferior ao descrito na GTA de origem, o abatedouro frigorífico deverá registrar a ocorrência em seus controles e comunicar o fato ao MVI que fará a confirmação do número de animais recebidos.

I - Quando houver a divergência na quantidade, cujo número de animais recebidos seja maior, ou que haja divergência quanto ao sexo dos animais, após a avaliação da procedência pelo abatedouro, são possíveis as seguintes conclusões:

a) Indicativo de que os animais recebidos são procedentes da exploração pecuária informada na GTA de origem:

- O abatedouro frigorífico deverá registrar a ocorrência em seus controles e comunicar o fato ao MVI e ao produtor, que adotará providências junto à ADAPAR para regularização da situação cadastral, e esse emitirá documento comprobatório a ser apresentado ao MVI que autorizará o abate do lote de animais recebidos naquelas condições; e

b) Na hipótese de dúvida quanto à procedência dos animais, o abatedouro frigorífico deverá registrar a ocorrência em seus controles, notificar o produtor, comunicar a ocorrência ao MVI e manter os animais segregados:

- O responsável legal pelo abatedouro frigorífico ou o produtor deverá entrar em contato com a ADAPAR para regularização da situação cadastral, mediante apuração pertinente;



- Comprovada a procedência dos animais e regularizada a situação cadastral, a ADAPAR emitirá documento comprobatório que será entregue ao abatedouro frigorífico, para fins de regularização documental para liberação do abate; e
- c) Não sendo possível a comprovação de procedência, a ADAPAR deverá definir a destinação dos animais.
- d) O lote ficará segregado até ulterior deliberação do órgão executor responsável pela emissão da GTA, para definição da destinação dos animais.
- e) A regularização não poderá ocorrer por meio de emissão de uma nova GTA ou “GTA complementar”, e deverá constar, no documento comprobatório emitido pela ADAPAR, a informação de que não existiam restrições documentais e sanitárias para o trânsito dos animais para o abate e a propriedade possuía saldo de animais suficiente quando do momento do trânsito.
- f) Nos casos em que não houver possibilidade de segregação do lote até a finalização da apuração pelo responsável pela emissão da GTA (ADAPAR ou médico veterinário habilitado) com a regularização da situação cadastral, considerando as questões de bem-estar animal, o MVI poderá, em acordo com o abatedouro, proceder à avaliação clínica dos animais em exame *ante mortem* e, não havendo suspeitas de cunho sanitário, autorizar o abate do lote em separado; e
- g) Todos os produtos obtidos do abate da carga, que tenha sido autorizado, ficarão apreendidos pelo MVI, até que seja o documento comprobatório emitido pelo responsável pela emissão da GTA (ADAPAR ou médico veterinário habilitado) ou até que seja definida destinação pela ADAPAR, conforme previsto para os casos com impossibilidade de comprovação de procedência dos animais.

#### *Ações do MVI em caso de abate de animais sem documento de trânsito*

São consideradas cargas de animais sem documento de trânsito, as cargas que transitaram sem qualquer emissão prévia de documento (GTA ou autorização de abate ou sacrifício emitido pela ADAPAR) que respaldasse o trânsito daquele lote, neste caso deverão:

I - Impedir o descarregamento destes animais e;

II - Comunicar à ADAPAR, para conhecimento e providências cabíveis;

III - Na hipótese de recepção de animais na condição disposta no item “I”, caberá:

- Segregação do lote, se a constatação for realizada pelo abatedouro, com comunicação ao MVI ou sequestro do lote, se a constatação for realizada pelo MVI durante a inspeção *ante mortem*;
- Comunicação à ADAPAR, para conhecimento e providências cabíveis;

No caso de impossibilidade de identificação de procedência, os animais serão destinados ao abate em separado (final do abate) e todos os produtos gerados devem ser destinados a destruição, não cabendo envio para aproveitamento em estabelecimentos fabricantes de farinhas e produtos gordurosos destinados à alimentação animal, uma vez que se desconhece a situação farmacológica desses animais,

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 7 de 35

em especial quanto as drogas utilizadas, o respeito aos prazos de carência, o uso realizado conforme a bula e o não uso de fármacos proibidos, o que traz risco potencial de resíduos nesses produtos de abate, o que, por sua vez poderia contaminar toda a cadeia;

Os abatedouros deverão manter atualizado o contato da Unidade Local de Sanidade Agropecuária (ULSA) da ADAPAR do município onde estão localizados.

### *3.2.2. Boletim Sanitário de aves de vida longa*

A emissão de BS para aves de vida longa, sejam elas reprodutoras ou de postura comercial, deve seguir o modelo próprio, definido no FORM DPAV 023 – BOLETIM SANITÁRIO (uso proibido para aves de corte).

O MVI deverá comunicar ao abatedouro a rejeição para o abate do lote que apresente:

- a) Não cumprimento ao período de carência de produtos de uso veterinário ou uso de substâncias ou produtos proibidos; ou
- b) Violação do limite percentual de mortalidade no BS para o qual não se apresente a autorização para trânsito do lote emitida pelo Serviço Veterinário Oficial (SVO), conforme estabelecido nos Artes. 10 e 12 da Instrução Normativa MAPA nº 100 de 2020.

Conforme previsto nos artes. 2º, 4º e 5º do Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, o MVI deverá ser informado pelo abatedouro de qualquer violação não declarada pelo MVS no BS e que venha a ser percebida após o início do trânsito das aves ou no recebimento do lote pelo abatedouro.

Nesses casos, o MVI deverá comparecer ao local de descarregamento das aves para a avaliação da situação e, sempre que cabível, adotar as medidas cautelares aplicáveis, seguindo as orientações do DSA.

### *3.3. Vigilância da síndrome respiratória e nervosa das aves (SRN) em abatedouros*

São estabelecidos os procedimentos de vigilância de SRN a serem adotados nos abatedouros.

A influenza aviária (IA) e a doença de Newcastle (DNC) são as doenças que compõem a SRN.

A implementação dos procedimentos deve seguir o disposto no Anexo da Instrução Normativa MAPA nº 17, de 7 de abril de 2006, alterada pela Portaria MAPA nº 275, de 16 de abril de 2021, e os critérios de casos suspeitos estabelecidos nas Fichas Técnicas das respectivas doenças-alvo, elaboradas pelo Departamento de Saúde Animal (DSA), visando à detecção precoce de IA e DNC.

Nos abatedouros, o critério para notificação de caso suspeito será exclusivamente baseado na identificação de aves com sinais clínicos ou lesões (neurológicos, respiratórios ou digestórios), ou ainda a presença de aves moribundas ou mortas na plataforma de recepção, compatíveis com SRN. Essa

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 8 de 35



avaliação é discricionária do MVI, observados os critérios clínicos e epidemiológicos das doenças. Neste caso, o MVI deve notificar, imediatamente, o serviço de saúde animal da ULSA da ADAPAR, para atendimento no abatedouro considerando a celeridade que a situação requer.

Observação: Nesse sentido, para fins de enquadramento como caso suspeito de SRN baseado somente em taxa de mortalidade (*mortalidade maior ou igual a 10% em até 72 horas em quaisquer estabelecimentos de criação de aves de produção comercial ou em um único galpão do núcleo de estabelecimentos avícolas comerciais ou de reprodução*), deve ser considerado o declarado por meio do **BOLETIM SANITÁRIO PARA AVES DE CORTE** do lote enviado para abate. A taxa de mortalidade no transporte das aves por si só não enquadra necessariamente o lote como suspeito de SRN, devendo fazer parte de uma avaliação técnica discricionária do médico veterinário do serviço de inspeção oficial responsável, o qual poderá intensificar a inspeção das aves, observando demais critérios clínicos e epidemiológicos.

#### *I - Avaliação das informações relativas à saúde animal:*

Quando o Médico Veterinário Sanitarista (MVS) declarar no **BOLETIM SANITÁRIO PARA AVES DE CORTE (BS)** que a mortalidade excedeu o limite estabelecido, deverá anexar documento comprobatório do atendimento pelo serviço de saúde animal no estabelecimento avícola (termo de fiscalização, declaração ou atestado), onde:

- a) Os formulários de investigação (FORM-IN ou FORM-COM) não atendem a essa finalidade e não devem ser utilizados; e
- b) O BS deverá ser emitido conforme FORM DPAV 039- **BOLETIM SANITÁRIO PARA AVES DE CORTE**.

Na ausência do documento citado no item “a”, tendo em vista a antecedência da apresentação documental, o MVI notificará o responsável pelo abatedouro sobre a apresentação do referido documento, o qual é condição para o envio das aves do núcleo ao abate; e

Após a chegada das aves ao abatedouro, diante de não conformidade decorrente de ausência de notificação de caso suspeito nos estabelecimentos avícolas, em decorrência de possível mortalidade que viole os limites estabelecidos pelo DSA, ou diante da não apresentação do documento de que trata o item “a”, cabe ao responsável pelo abatedouro comunicar a ocorrência, com os devidos esclarecimentos, imediatamente, ao MVI para fins de autorização do abate, conforme previsto no § 1º do art. 27 da Instrução Normativa MAPA nº 100 de 2020. O MVI poderá intensificar a inspeção das aves. Não havendo a identificação de aves com sinais clínicos ou lesões e morbidade compatíveis com SRN, o MVI deverá descartar a suspeita e procederá ao abate regular, dispensando o atendimento pelo serviço de saúde animal no abatedouro. Adicionalmente, o SIP/POA deverá comunicar o ocorrido ao serviço de saúde animal da ULSA da ADAPAR correspondente para conhecimento e adoção das medidas administrativas cabíveis.

## *II - Avaliação das aves no exame de inspeção ante mortem e post mortem*

Quando na inspeção *ante mortem* forem constatadas aves com sinais clínicos ou lesões compatíveis com SRN; ou

Quando na inspeção *post mortem* forem constatados lesões e morbidade compatíveis com SRN (neste caso, também considerar, de forma discricionária, sinais clínicos e evidências epidemiológicas de SRN, mediante, inclusive, avaliação documental de informações inerentes ao estabelecimento avícola, à taxa de morbidade, entre outras).

O MVI deverá:

II - Isolar o lote de aves suspeito, conforme previsto no artigo 92 do Decreto nº 9.013, de 2017;

III - Proibir a saída de aves vivas do abatedouro, conforme disposto no inciso II do artigo 92 do Decreto nº 9.013, de 2017;

IV - Notificar a suspeita de SRN, imediatamente e diretamente à ULSA da ADAPAR correspondente, preferencialmente, por meio telefônico, considerando a celeridade que o caso requer, visando ao rápido atendimento (investigação clínica e epidemiológica) pelo serviço de saúde animal no abatedouro, conforme previsto no artigo 92 do Decreto nº 9.013, de 2017; e

Sem prejuízo do previsto no item “III”, deverá ser realizado imediato contato telefônico com Fiscal de Defesa Agropecuária do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA), e encaminhada, por correio eletrônico, notificação completa ao Serviço de Saúde Animal da jurisdição do abatedouro, apresentando descrição detalhada da ocorrência e informação de realização de contato telefônico com a ULSA, assim como documentos e evidências pertinentes, para acompanhamento e apoio na investigação.

### *3.4. Procedimentos de inspeção ante-mortem*

#### *I - Exame clínico de inspeção ante mortem*

O exame clínico de inspeção *ante mortem* das aves tem como finalidade principal a detecção de sinais de doenças populacionais de interesse em saúde animal que não possam ser identificadas na inspeção *post mortem*, como aquelas com sintomatologia neurológica ou respiratória, bem como a identificação de lotes de aves com suspeita ou comprovação de restrição que justifique a redução na velocidade normal de abate para realização de exame *post mortem* mais acurado.

O exame clínico das aves abrangerá, mas não estará restrito, a avaliação quanto:

- a) Ao comportamento das aves em estação e em movimento;
- b) À coloração e conformação da crista e barbeta; e

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 10 de 35

c) À conformação dos olhos, das cavidades oral e nasal, da pele, da cloaca, das articulações e das patas.

É competência exclusiva e prioridade do MVI a realização do exame clínico de pelo menos uma carga de cada lote, definida previamente, considerando os achados da inspeção *ante mortem* documental e da própria avaliação clínica.

O abate do lote só será liberado após o exame clínico realizado pelo MVI quando:

- a) O exame clínico das aves não tiver sido realizado no estabelecimento avícola pelo MVS;
- b) Houver indicações diretas ou indiretas de ocorrência de doenças relevantes para a saúde pública ou animal, detectadas durante a avaliação do BS;
- c) A mortalidade nos núcleos estiver próxima ao limite percentual previsto nas normas de saúde animal, no momento de emissão do BS. Salienta-se que apenas deve ser considerada aqui a mortalidade nos núcleos, cabendo ao autocontrole do abatedouro frigorífico as notificações a ADAPAR das ocorrências em galpões;
- d) Houver violações ou questões que gerem dúvida ou suspeita relativas à saúde animal, além de divergências observadas durante a inspeção *ante mortem* documental; e
- e) Forem detectadas pelo avaliador do abatedouro alterações ou restrições durante a recepção, a avaliação documental e a avaliação visual das aves.

O MVI poderá realizar o exame clínico do lote de forma não liberatória, em outra carga que não a primeira, quando puder avaliar e declarar, cumulativamente, que:

- a) Foi apresentado, para fins de inspeção *ante mortem* documental, o BS com a declaração de avaliação clínica já realizada pelo MVS; e
- b) Durante a inspeção *ante mortem* documental, não foram detectadas indicações sanitárias ou restrições documentais que demandassem a realização de exame clínico.

Caberá ao MVI, após avaliação técnica, determinar quantas e quais gaiolas de transporte da carga selecionada serão necessárias para concluir sobre o status sanitário do lote, considerando a prevalência esperada de sinais clínicos, de acordo com a morbidade da doença da qual se suspeita, na forma especificada na Tabela 1:

Tabela 1: Amostragem em aves para exame clínico, considerando a prevalência de sinais clínicos nas aves.

Número mínimo de aves a serem examinadas	Número de gaiolas (aproximadamente)	Prevalência (%) de sinais clínicos
8	1	32

16	2	18
24	3	12
32	4	9
40	5	7,3

Nível de confiança de 95% e sensibilidade de 100 (em uma população de 15.000 aves).

Na inspeção *ante mortem* também serão avaliados e verificados, no local, os registros do autocontrole realizados pelo abatedouro no recebimento das aves, observando:

- a) A ordem do abate das cargas oriundas de lotes que representam maior risco de contaminação cruzada, como aqueles que:
- b) -Possuam restrições sanitárias ou epidemiológicas, as quais justifiquem o abate em separado, seguido ou não da segregação dos lotes; e
- c) Por questões sanitárias, genéticas, por não conformidades de manejo ou de qualquer natureza, apresentarem maior potencial de contaminação do abate.

A correção documental e, quando cabível, a segregação dos lotes de aves e seus produtos quando considerados suspeitos ou violados os controles relativos à saúde animal no âmbito do estabelecimento avícola; e

A adoção de ações corretivas e preventivas adequadas e aplicadas a todas as aves de mesma origem pelo abatedouro e, quando aplicável, aos seus contatos.

## *II - Verificação dos autocontroles aplicáveis ao controle de mortalidade e de recebimentos das aves para o abate*

A verificação do atendimento pelo abatedouro será feita pelo MVI por meio de verificação documental das informações do formulário de controle de mortalidade e de recebimento das aves, 48h (quarenta e oito horas) após o término do abate.

Para a verificação oficial documental do formulário de controle de mortalidade e de recebimento das aves para o abate, já entregue pela empresa, o MVI poderá contar com o apoio administrativo conferido ao auxiliar cedido pela empresa.

De forma opcional e a qualquer tempo, como parte da verificação dos autocontroles, o MVI poderá acompanhar, em tempo real, o preenchimento do formulário de controle de mortalidade e de recebimento das aves para abate, realizado pelo avaliador treinado pelo abatedouro para esse fim.

Na avaliação documental do autocontrole de mortalidade e de recebimento das aves, após a documentação ser entregue ao MVI pelo abatedouro, devem ser verificadas:

- a) A adequação dos autocontroles às previsões normativas;
- b) A apresentação e a conformidade das informações necessárias e da documentação de trânsito das cargas;
- c) A compatibilidade entre os lotes recebidos e a programação de abate, considerando os registros de execução da inspeção *ante mortem* documental de todos os lotes pelo MVI antes de seu recebimento;
- d) A documentação comprobatória de eventuais e necessárias correções, feitas pelo emissor da GTA, quando identificada a não conformidade no trânsito ou no quantitativo de aves do núcleo;
- e) A apresentação de eventuais notificações, justificativas ou correções documentais junto ao SVO; e
- f) O atendimento às medidas necessárias preconizadas pela ADAPAR frente às alterações epidemiológicas sujeitas à notificação.

A verificação oficial pelo MVI quanto a compatibilidade entre o número de aves programadas para o abate (declarado na GTA) e o efetivamente recebido deverá considerar o número total de aves do núcleo.

Não será considerado em conformidade o recebimento de cargas para o abate que tenham transitado sem a emissão prévia da GTA. Nestes casos, considerando as peculiaridades da espécie e as implicações de novo trânsito das aves, quando for proposto pelo estabelecimento de abate, será aceitável a possibilidade de abate mediato (seguido de higienização e sanitização das instalações), mediante a garantia de completa segregação dos produtos até a deliberação da ADAPAR quanto à origem provável das aves ou a determinação de tratamento adequado dos produtos, considerando as questões de saúde animal.

Considerando a competência, a responsabilidade e a habilitação formal concedida pelo SVO, será aceitável a apresentação de justificativa e correção de discrepâncias quantitativas de aves declaradas nas GTAs e as recebidas no abatedouro, quando firmadas pelo próprio emissor da GTA. Os registros destas justificativas serão mantidos no SIP/POA para eventuais auditorias e apurações do SVO.

### *III - Medidas cautelares na inspeção ante mortem*

Qualquer não conformidade verificada nos autocontroles do estabelecimento avícola ou do abatedouro que impossibilite o trânsito das aves, deverá desencadear medidas cautelares, proporcionais a cada caso, incluindo os seguintes procedimentos:

Notificação formal e imediata ao abatedouro quanto à restrição ou inadequação do lote para o abate, quando observado na avaliação documental *ante mortem*; e



Notificação ao SVO, quando aplicável, para que proceda a avaliação de sua competência, quando houver suspeita ou violação de regras relativas à saúde animal, incluindo a violação do limite percentual de mortalidade e a apresentação de sinais clínicos nervosos e respiratórios que indiquem suspeita quanto à ocorrência de DNC ou IA.

Qualquer medida cautelar adotada frente a suspeita clínica de ocorrências relacionadas à saúde animal, que implique em suspensão temporária de atividades do abatedouro, restrições de trânsito de animais e produtos ou apreensão de aves ou de seus produtos, deve ser levada a conhecimento imediato do SIPOA ao qual o estabelecimento está vinculado.

As medidas cautelares de apreensão de lotes, cargas, produtos ou de suspensão temporária de atividades geradas pelo MVI ou transmitidas ao abatedouro, por determinação documentada do SVO, devem ser registradas pelos documentos padronizados pela ADAPAR.

Sempre que cabível, o médico veterinário inspetor deverá comunicar à DPAV a destinação já ocorrida de aves de lote sujeito a medidas cautelares para que este proceda a notificação de outros estabelecimentos registrados com chancela SIP/POA que porventura tenham recebido cargas do mesmo lote para abate.

Situações que evidenciem descumprimento das previsões da Resolução nº 1.138, de 16 de dezembro de 2016 (Código de Ética do Médico Veterinário) ou da Instrução Normativa MAPA nº 22, de 20 de junho de 2013, deverão ser formalmente encaminhadas à DPAV para avaliação e posterior encaminhamento, se julgar cabível, às instâncias superiores.

#### *IV - Registros de inspeção ante mortem*

Deverá ser preenchido um FORM DPAV/018 - AVALIAÇÃO DOCUMENTAL E EXAME CLÍNICO DOS LOTES ENCAMINHADOS PARA O ABATE por lote e por dia de abate.

O MVI responsável pela avaliação das informações sanitárias do lote, por meio do BS, irá preencher o registro, no que couber, perante os seus achados, no item 1, assinando e datando sua análise no campo “Assinatura e carimbo do MVI”;

O MVI responsável pelo exame clínico do lote e pela avaliação dos controles de recebimento e mortalidade das aves irá preencher o registro, no que couber, perante os seus achados, assinando e datando sua análise no campo “Assinatura e carimbo do MVI”;

O MVI deverá especificar as restrições, recomendações e citar as referências de quaisquer medidas cautelares adotadas em função de seus achados documentais ou clínicos.

Não conformidades na comunicação pelo abatedouro que impliquem em abate de aves com violações às regras relativas à saúde pública ou animal devem ser apontadas no item 2, e adotadas as medidas cautelares cabíveis;

O item 3 do formulário será preenchido ao final da avaliação pelo MVI do controle de mortalidade e recebimento das aves no abatedouro; e

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 14 de 35



O registro do FORM DPAV 018 deverá ser arquivado junto ao BS do lote e aos eventuais documentos aditivos ou corretivos emitidos para as aves do mesmo núcleo.

Em atendimento ao previsto nos arts. 92 e 93 do Decreto nº 9.013 de 2017 a comunicação de ocorrências sanitárias ou suspeitas de doenças de notificação obrigatória, detectadas no *ante mortem* deverá ser enviada imediatamente ao e-mail institucional do Escritório Local da ADAPAR de localização do abatedouro, bem como realizar contato telefônico imediato à DPAV para orientação quanto aos desdobramentos necessários.

A comunicação referida no art. 92 deverá conter a descrição dos achados pelo MVI durante a realização da inspeção *ante mortem* e, quando aplicável, o resultado do exame clínico das aves, além de:

- a) Cópia eletrônica do BS do lote envolvido na comunicação;
- b) No caso de aves já transitadas ao abatedouro, as cópias das GTAs do lote envolvido; e
- c) Quando disponíveis:
  - Os registros das avaliações clínicas do *ante mortem* realizadas pelo MVI que possam auxiliar na avaliação prévia da situação pela ADAPAR; e
  - Quando realizada, utilizar o FORM DPAV/019 - RELATÓRIO DE NECROPSIA e FORM DPAV/020 – BOLETIM DE NECRÓPSIA.

Em consonância com o inciso III do §2º, do art. 5º da Instrução Normativa MAPA nº 17, de 07 de abril de 2006, para procedimentos de vigilância ativa de IA e DNC, quando aplicáveis em abatedouros frigoríficos, se for indicada a realização de coleta de material pelo SIP/POA, a DSA encaminhará com antecedência as devidas orientações e os registros serão realizados nos formulários definidos pelo PNSA.

## **4. INSPEÇÃO POST-MORTEM**

### **4.1. Procedimentos de inspeção post mortem**

Os procedimentos de inspeção **post mortem** serão realizados conforme art. 125 do Decreto nº 9.013 de 2017 e Portaria MAPA nº 210, de 10 de novembro de 1998.

Durante a inspeção *post mortem* os MVI devem:

- a) Observar os caracteres sensoriais do sangue por ocasião da sangria e durante o exame de todos os órgãos;
  - b) Examinar a cavidade abdominal e órgãos;
  - c) Examinar a cavidade torácica e órgãos;
- Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 15 de 35

d) Examinar a carcaça de modo geral e serosas, além da avaliação das condições de nutrição e engorda do animal;

e) Preencher a Planilha de Inspeção Post Mortem Aves Diária.

Para aves a padronização das linhas de inspeção segue diretrizes preconizadas pela Portaria 210/1998 – MAPA ou outras que vierem substituí-la ou complementá-la, a saber:

a) Linha “A” – Exame interno;

b) Linha “B” – Exame de vísceras;

c) Linha “C” – Exame externo;

Somente após o término da inspeção *post mortem*, haverá a retirada e/ou processamento de carcaças e/ou partes e miúdos. Será permitida a instalação de outros pontos de inspeção das carcaças, fora da calha de evisceração ou outra operação desta natureza. Exceto quando a retirada dos pés for anterior a calha de evisceração, com devido ponto de inspeção, desde que este procedimento seja aprovado pela DPAV.

Os exames realizados nas linhas de inspeção são precedidos por uma fase dita preparatória, que tem por finalidade, apresentar à inspeção as carcaças e vísceras em condições de serem eficientemente examinadas, facilitando a visualização interna e externa e ainda, preservar, sob o ponto de vista higiênico, as porções comestíveis. Esta fase preparatória compete aos funcionários da empresa, os quais não podem ou não devem ser substituídos por outros que não tenham a necessária prática do serviço.

Os exames realizados nas linhas de inspeção são da responsabilidade do médico veterinário inspetor, podendo ser executados por auxiliares de inspeção devidamente capacitados, que trabalham sob sua supervisão. Os esquemas oficiais de trabalho nas linhas de inspeção seguirão os mesmos dispositivos estabelecidos pela Portaria nº 210 MAPA/1998 ou outras que vierem substituí-la ou complementá-la.

Durante o trabalho da matança, o médico veterinário inspetor deverá:

a) Comprovar se a insensibilização está sendo feita corretamente, considerando-se a intensidade do choque, em consonância com o peso médio das aves e velocidade de abate;

b) Verificar o tempo mínimo de sangria, evitando qualquer manipulação do animal durante este procedimento;

c) Prevenir contaminações das carcaças e vísceras ou qualquer outra porção destinada a fins comestíveis e a consequente condenação;

d) Verificar o adequado funcionamento do chuveiro de lavagem externa de carcaças, ao entrar na zona limpa, para se proceder a evisceração;

e) O uso adequado da pistola de cloaca, evitando o seccionamento de porções intestinais e sistemática lavagem da mesma;

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 16 de 35

- f) Verificar a correta abertura abdominal, cuja etapa é considerada de maior risco de contaminações;
- g) Não permitir a lavagem de piso com mangueiras, quando houver animais sendo manipulados, para evitar respingos contaminantes sobre as carcaças e a trilhagem ou altura de mesas permitirem este risco;
- h) Verificar os trabalhos dos auxiliares nas linhas de inspeção através da execução integral e correta dos exames e de acordo com as técnicas estabelecidas; verificar os procedimentos nas rejeições efetuadas nas próprias linhas e das apreensões de peças para a inspeção final; observar as causas assinaladas nos quadros marcadores;
- i) Verificar o uso correto dos recipientes de produtos comestíveis;
- j) Verificar a eficiência da lavagem externa de carcaças na saída da calha de evisceração. A carcaça deverá entrar no sistema de pré-resfriamento livre de sujidades ou outro material estranho;
- k) Controlar o funcionamento do sistema de pré-resfriamento por imersão em água observando os seguintes itens:
- Temperaturas corretas nos diversos estágios;
  - Renovação constante de água, na proporção preconizada e no sentido contrário ao movimento de carcaças e miúdos;
  - Verificar o controle da cloração da água de renovação do sistema, dentro dos parâmetros recomendados;
  - Verificar o controle da temperatura das carcaças e miúdos à saída do sistema.
- l) Controlar o índice de absorção de água pelas carcaças de aves submetidas ao pré-resfriamento por imersão em água, dentro do limite permitido;
- m) Verificar a utilização de sistema de identificação das aves que apresentarem problemas de ordem sanitária e que necessitem de exames complementares, a serem realizados na área de inspeção final e que deverão ser, imediatamente, desviadas da linha de abate;
- n) Controlar a velocidade da nória na linha de evisceração, de maneira que durante todo o abate seja possível a normal realização dos exames *post mortem*. Se durante a inspeção *ante* ou *post mortem* forem detectadas afecções nas aves que indiquem a necessidade de exames mais acurados, a velocidade de abate ficará condicionada a perfeita execução dos trabalhos;
- o) Verificar a manutenção da limpeza da área de sangria e demais dependências da sala de matança, bem como a remoção de produtos e resíduos da sala;
- p) Verificar o estado e funcionamento dos esterilizadores situados nos diversos pontos da sala e observar a frequência de seu uso pelos funcionários da empresa, com especial atenção a sangria, corte abdominal e linhas de inspeção.

Os exames a cargo das linhas de inspeção são precedidos, individualmente por fase preparatória, que tem como finalidade de apresentar à inspeção a peça ou o conjunto de peças em condições de serem eficientemente inspecionadas, tendo em vista o ritmo e a velocidade de matança. E também, apresentar à peça a Inspeção, perfeitamente limpa, não só para facilitar o exame visual, como também para preservar, do ponto de vista higiênico, as porções comestíveis.

A fase preparatória compete aos funcionários da empresa, os quais não podem ou não devem ser substituídos por outros que não tenham a necessária prática do serviço.

Os critérios de julgamento e destinação dos achados *post mortem* observados pelo médico veterinário inspetor deverão seguir os convencionados no RIISPOA/2017, ou outra que a substitua ou complemente.

#### *4.2. Controles*

Para avaliar a execução da avaliação e classificação das carcaças realizada pelos auxiliares de inspeção cedidos estabelecimento nas linhas de abate, o médico veterinário inspetor deve averiguar se:

As aves estão sendo apresentadas de modo que a marcação de alterações e destinações do lote para o abate seja correlacionada adequadamente ao seu núcleo de origem;

Existe a correlação entre as carcaças e as vísceras, respeitadas as limitações esperadas para um abate mecanizado, considerando a eficiência dos equipamentos declarada pelo fabricante; e

As aves removidas da linha na pré-inspeção, a critério do médico veterinário inspetor, poderão ser submetidas a remoção das partes afetadas conforme os critérios previstos pelo Decreto nº 9.013 de 2017 quando:

- a) O ponto de inspeção estiver localizado na área limpa do abate;
- b) For disponibilizada a estrutura adequada para a avaliação, remoção, tratamento e destinação tanto das aves retornadas à linha de abate, quanto das partes removidas; e
- c) Forem previstos e respeitados os autocontroles relativos à rastreabilidade das aves e aos limites de tempo e temperatura, aplicados a esse tratamento.

#### *4.3. Registros das alterações e destinações*

#### *II - Pré-inspeção, linhas de inspeção e Departamento de Inspeção Final (DIF)*

Qualquer alteração de aspecto, forma, volume, cor ou odor percebida pelos auxiliares deve ser tratado em conformidade com a legislação.

O registro das alterações e destinações realizadas pelo MVI será feito em ábacos, fornecidos pelo abatedouro ou de forma eletrônica, respeitadas as disposições gerais sobre o tema.

Para serem considerados adequados pelo SIP/POA os ábacos deverão:

- a) Possibilitar a marcação de unidades, dezenas e centenas, em colunas diferentes;
- b) Possibilitar o registro por alteração e destinos; e
- c) Estarem posicionados de forma conveniente, a fim de facilitar o registro, pelo menos no DIF e no ponto de inspeção pré-evisceração.

A realização das destinações diretamente na linha, bem como a necessidade de registro subsequente, quando autorizada pelo MVI, não poderá prejudicar o tempo disponível e a eficiência da avaliação nas linhas de inspeção. Sempre que esta destinação incluir a possibilidade de condenação de carcaças ou suas partes diretamente nas linhas de inspeção, deverão ser disponibilizados ábacos para os registros nesses pontos.

Também a condenação, bem como a retirada de carcaças, partes da carcaça ou de vísceras nas linhas não poderá resultar em prejuízo das avaliações e inspeções nas linhas subsequentes ou resultar no envio de carcaças desacompanhadas das vísceras para o DIF, quando estas forem indispensáveis para a avaliação e classificação das carcaças.

Todas as atividades que envolvam procedimentos executados no DIF devem ser realizadas pelo MVI e auxiliares de inspeção devidamente capacitados, cedidos pela empresa.

A área de abate não está regulamentada como local adequado para as atividades de cortes e desossa (exceto quando vinculadas ao *post mortem* e necessárias para a remoção de partes atingidas), sendo inapropriada para a realização de outras operações de espostejamento ou cortes das partes consideradas aptas ao consumo que possam ser executadas em etapas posteriores. As partes consideradas aptas ao consumo devem ser encaminhadas aos sistemas de pré-resfriamento e tratadas na sala de cortes (ambiente isolado e climatizado), salvo opção do abatedouro frigorífico em aplicar destinos mais restritivos às partes liberadas da carcaça pelo DIF (conforme previsto § 3º do art. 172 do Decreto nº 9.013 de 2017).

O modelo de ábaco deverá indicar, no mínimo, as mesmas lesões e destinações previstas no FORM DPAV 021 - REGISTRO INSPEÇÃO POST MORTEM.



A destinação das carcaças será registrada pelo MVI, em conformidade com as previsões normativas e orientações da ADAPAR, como:

- a) Liberação: contempla a carcaça inspecionada na linha de inspeção ou no DIF que foi considerada apta ao consumo humano, na forma em que se encontra, mesmo quando condenados ou não, a cabeça, um ou os dois pés, todas ou alguma das vísceras. Também contempla carcaça que sofreu remoção e condenação de parte insignificante (fragmentos de pele, pequenas porções musculares e as pontas das asas) de forma a não afetar a sua configuração como carcaça. A liberação não precisa ser registrada;
- b) Condenação parcial: contempla a carcaça que sofreu condenação de partes significativas (anatomicamente definidas, incluindo as bases ósseas e porções da musculatura) com liberação das demais partes da carcaça, e quando for o caso, de suas vísceras;
- c) Condenação total: contempla carcaça considerada imprópria para o consumo humano, sendo a condenação extensiva às vísceras; ou
- d) Aproveitamento condicional: contempla carcaça ou partes da carcaça que somente serão passíveis de consumo humano, aplicado mediante submissão a tratamentos específicos para assegurar sua inocuidade na própria unidade produtora ou em outra unidade capacitada, desde que atendidos os arts. 172, 482 e 493 do Decreto nº 9.013, de 2017.

Por peculiaridade da espécie, as condenações da cabeça, de um ou dos dois pés, de uma ou de todas as vísceras, não serão contabilizadas, exceto no caso de fígados de patos que tenham sido criados com a finalidade de produção de “fígado gordo” e que apresentem outras lesões dignas de condenação.

### *III - Transcrição dos registros gerados na pré-inspeção, nas linhas de inspeção e no DIF*

Em cada linha de abate, a troca de carga que implique em troca de lote deverá ser observada pelo MVI e os registros transcritos para o FORM DPAV 021 - REGISTRO INSPEÇÃO POST MORTEM, antes de serem zerados os ábacos.

Nos casos de abates de cargas alternadas, oriundas de diferentes lotes, o registro poderá ser segmentado, considerando a sequência de abate.

Nos casos de abates simultâneos, em mais de uma linha, poderão ser feitas planilhas de forma a permitir que as informações sejam registradas concomitantemente em linhas diferentes.

Ao final do turno de abate, deverão ser compiladas as informações contidas no FORM DPAV 021 - REGISTRO INSPEÇÃO POST MORTEM e transcritas para o modelo previsto no FORM DPAV 022 - COMPILAÇÃO DAS CONDENAÇÕES POR LOTE, considerando os núcleos de origem das aves. Tal formulário poderá ser preenchido com apoio administrativo e depois de verificado e assinado pelo MVI.



#### *IV - Registros de diagnósticos, julgamentos e destinações*

Os diagnósticos das alterações mais frequentes encontradas no abate de aves, assim como os critérios de julgamento, suas destinações e previsão de lançamento na base de dados estatísticos do SIP/POA, estão descritos a seguir.

#### *AERROSSACULITE*

- a) **Condenação parcial:** Nos casos em que somente os sacos aéreos estejam afetados, e que seja possível remover a parte afetada (com os nove sacos aéreos) e as vísceras. Pode-se liberar para consumo humano os pés, pernas, coxas, asas e peito removidos da carcaça; ou
- b) **Condenação total:** Macroscopicamente nota-se espessamento, engrossamento e presença de conteúdo fibrinoso a purulento nos sacos aéreos da carcaça. Nos casos que estejam afetados os sacos aéreos e mais algum outro órgão, caracterizando alteração sistêmica, deve-se proceder a condenação total da carcaça e suas vísceras.

#### *ALTERAÇÕES MUSCULARES (“HEMORRAGIAS”)*

**Condenação total:** Entende-se por síndrome o conjunto de sintomas e sinais que estão associados a mais de uma causa. As doenças que podem causar a síndrome hemorrágica são em sua maioria de notificação obrigatória.

#### *ARTRITE (EM UMA OU EM MAIS DE UMA ARTICULAÇÃO)*

A ocorrência de artrites é comum e recorrente em aves sendo preconizada a remoção da parte atingida e liberação da carcaça com as vísceras, a qual não seria digna de registro pelo SIP/POA.

No entanto, na maioria dos abatedouros o corte das patas ocorre na altura da articulação, o que incidirá na contaminação do equipamento. Caso o estabelecimento não ofereça opções alternativas e estrutura adequada para a identificação e remoção da lesão sem a contaminação dos equipamentos, a carcaça atingida terá que ser condenada na pré-inspeção.

- a) **Condenação Parcial:** Unilateral (a pré-inspeção remove do gancho a perna afetada e o DIF corta na próxima articulação saudável); ou
- b) **Condenação Total:** Bilateral (caso o estabelecimento não ofereça opções alternativas e estrutura adequada para a identificação e remoção da lesão sem a contaminação dos equipamentos, a carcaça atingida terá que ser condenada na pré-inspeção).

Observação: Carcaças que além da artrite apresentem alteração no seu estado geral como a caquexia ou mesmo alterações inflamatórias sistêmicas (septicemia) devem ser também destinadas na pré-inspeção, apontado o diagnóstico que implicou na sua condenação total (caquexia, septicemia, por exemplo).

### *ASPECTO REPUGNANTE*

**Condenação total:** Aspecto repugnante será o diagnóstico dado a alterações de cor, forma e odor, que não tenham outro enquadramento específico mais apropriado ou causa identificável, mas que pela sua aparência causem repugnância. Devem ser excluídos desse diagnóstico as causas inflamatórias e infecciosas, e os quadros septicêmicos. Sempre que possível as carcaças com aspecto repugnante devem ser condenadas na pré-inspeção, visando preservar a higiene do processo de abate.

### *CANIBALISMO (DERMATITE/DERMATOSE)*

Canibalismo é o ato ou vício que as aves apresentam de se bicarem. O diagnóstico é aplicável para animais que, na avaliação *ante mortem*, demonstrem lesões compatíveis com canibalismo. As áreas mais comumente afetadas são crista, barbeta e sambiquira. As lesões caracterizam-se por ferimentos fechados ou abertos, de diferentes tamanhos, as vezes dilacerado, com hematomas e diferentes graus de reação inflamatória. Tais lesões poderão ser utilizadas para a verificação de autocontrole quanto às questões de bem-estar animal na granja.

- a) **Condenação parcial:** Lesões pequenas ou disseminadas; ou
- b) **Condenação total:** Disseminadas com repercussão na carcaça.

### *CAQUEXIA*

Caracteriza-se por diminuição da musculatura na carcaça, podendo-se encontrar até mesmo más formações. Várias são as causas que levam os animais de produção ao estado de caquexia, como doenças crônicas, restritas ou generalizadas, quadros infecciosos, restritos ou generalizados, problemas metabólicos ou nutricionais. Sempre que for evidenciada a caquexia, independentemente da sua causa, a carcaça, suas partes e vísceras devem ser condenados.

**Condenação total.**

### *CELULITE*

c) **Condenação parcial ou total:** É um processo inflamatório do tecido subcutâneo causado por agentes infecciosos, que se apresenta em forma de placa caseosa característica, crostosa, firme, de coloração amarelada, logo abaixo da pele. Lesões restritas e sem reflexos na carcaça demandam condenação da aérea afetada, considerando a eliminação completa da área afetada e áreas de contato com as placas inflamatórias, com liberação do restante da carcaça para consumo humano.

### *CONTAMINAÇÃO GASTROINTESTINAL E BILIAR*

Nesse diagnóstico devem ser consideradas somente as contaminações de origem gastrintestinal e biliar, em função de extravasamento de conteúdo do papo, gástrico, fezes ou bile. Considera-se essa informação relevante como indicador de não conformidades nos processos de preparação dos animais para o abate (jejum e dieta hídrica) ou nas operações de evisceração, as quais podem ampliar o potencial de contaminação da carcaça em si e de outras carcaças e produtos, por contaminação cruzada no abate.

O §3º do art. 147 do Decreto nº 9.013 de 2017 foi regulamentado pela Resolução nº 4, de 4 de outubro de 2011, que autoriza a lavagem das carcaças de aves para fins de remoção das contaminações gastrointestinais visíveis. No entanto, é necessário manter a avaliação do SIP/POA de forma a remover da linha as contaminações visíveis que possam, pela sua extensão, localização ou natureza, não serem efetivamente removidas pelo sistema de lavagem, para as quais a redução de carga microbiológica possa não resultar em produtos aptos para o consumo.

- a) **Liberação:** Art. 147, §3º;
- b) **Condenação parcial:** Art. 147, §2º;
- c) **Aproveitamento condicional:** Art. 147, §1º; ou
- d) **Condenação total:** Art. 147.

### *CONTAMINAÇÃO NÃO GASTROINTESTINAL*

Considera-se aqui outros tipos de contaminações passíveis de ocorrerem durante o processamento industrial, como por substâncias líquidas, sólidas e gasosas, além de contaminações microbiológicas, por exemplo.

- a) **Liberação:** Art. 147, §3º;
- b) **Condenação parcial:** Art. 147, §2º;

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 23 de 35

c) **Aproveitamento condicional:** Art. 147, §1º; ou

d) **Condenação total:** Art. 147.

Ressalta-se que, a depender da situação, pode ser necessário apreender os produtos implicados para melhor avaliar a ocorrência e os possíveis riscos, por meio de inspeção visual, da investigação da origem da contaminação, da identificação do material contaminante e da execução de análises laboratoriais pertinentes e quando cabíveis. Após as conclusões, deve-se destinar os produtos adequadamente.

Padrões de qualidade internos, ou seja, padrões estabelecidos pela própria empresa sobre a apresentação dos seus produtos aos consumidores, os quais não tratam de padrões relacionados às garantias de segurança ao consumidor, como questões de saúde pública ou de fraude econômica, não dizem respeito à tomada de ações pelo SIP/POA.

### *ESCALDADO VIVO*

**Condenação total:** Nas aves, a evidência da escaldagem do animal vivo poderá ser percebida pela ausência de corte de sangria no pescoço, obviamente, observada antes da remoção da cabeça do animal, e coloração da carcaça avermelhada. No caso de animais escaldados vivos, condena-se totalmente a carcaça ainda na pré-inspeção e se comunica ao abatedouro para a tomada de ação corretiva imediata no processo, para evitar a reincidência, considerando o respeito aos preceitos de bem-estar animal.

### *FALHAS TECNOLÓGICAS*

O diagnóstico de falhas tecnológicas deve compreender todas as alterações em carcaças, partes de carcaça e vísceras oriundas de falhas no processo de abate, excluídas aquelas que possuem diagnóstico já definido (como as contaminações). Enquadram-se em falhas tecnológicas, as carcaças não evisceradas, as com alterações organolépticas em função de evisceração retardada, as que não apresentem correlação com as vísceras, as submetidas a escaldagem excessiva, as mal sangradas, fraturas após a morte e outras decorrentes de falhas durante o processamento.

Dentre os diversos fatores que podem influenciar na rejeição parcial ou total de carcaças e de partes de carcaças de aves, as falhas tecnológicas ou operacionais ocorridas durante o processo de abate tem significativa representação. A partir da recepção das aves no abatedouro, nas etapas subsequentes (desembarque, pendura, insensibilização, sangria, escaldagem e depenagem), caso o processo tecnológico ocorra sem a observância dos parâmetros estabelecidos, podem ser observados desvios que irão acarretar lesões causadas por falhas tecnológicas ou operacionais, tais como: hematomas, contusões, fraturas, sangria inadequada, dentre outras.

É comum a observação de lesões como hematomas, contusões e fraturas que podem estar presentes nas pernas, nas asas ou no peito, discretas ou difusas, oriundas da falta de cuidado no manuseio das gaiolas ou do uso de força excessiva no manejo das aves durante as etapas de recepção, desembarque e pendura.

Quando há falhas nos parâmetros de voltagem, amperagem e frequência do choque elétrico, ou em carcaças abatidas sob preceitos religiosos, onde não há insensibilização, é comum a observação de petéquias, equimoses e contusões nas pontas das asas, que podem estar restritas a essa parte, ou difusas, estendendo-se por toda a asa. Deslocamento e fratura das asas e presença de petéquias na musculatura do peito também podem ser percebidos.

O alinhamento da cabeça das aves com o disco de corte durante a operação de sangria é de grande importância para evitar o corte inadequado, que acarreta o aparecimento de áreas de má sangria na carcaça, localizadas ou difusas, dependendo do grau de ineficiência do corte dos vasos sanguíneos. A mesma não conformidade é verificada quando a sangria é realizada de forma manual.

Depenadeiras com falhas na regulação poderão causar deslocamento e fraturas nos ossos das asas e das pernas das carcaças. De forma geral, essas fraturas não apresentam áreas sanguinolentas e os ossos podem estar expostos, com rompimento da pele e da musculatura.

As carcaças de aves com fraturas e contusões e com sinais de má sangria podem ser segregadas pelo estabelecimento, desde que essas lesões sejam oriundas de falhas tecnológicas ou operacionais ocorridas no processo de abate, observadas a partir da recepção das aves. Conforme disposto no art. 175-A do Decreto nº 9.013 de 2017 as carcaças segregadas serão direcionadas para destinação industrial.

As carcaças segregadas pelo estabelecimento para destinação industrial deverão ser devidamente identificadas, de forma a garantir que sejam utilizadas na elaboração de outros produtos comestíveis ou submetidas a tratamentos específicos quando for o caso, impedindo sua comercialização na forma em que se apresentam. Quando tais carcaças tiverem como destinação a sala de cortes, os cortes com fraturas ou contusões deverão ser submetidos a tratamentos específicos para que não sejam comercializados dessa forma (corte desossado, elaboração de CMS);

Considerando o processo tecnológico do abate de aves, onde as carcaças são pré-resfriadas por sistema de imersão em água gelada, as carcaças contendo fraturas e contusões podem ser pré-resfriadas em conjunto com aquelas liberadas pelo SIP/POA. No entanto, logo após essa etapa, devem ser identificadas, classificadas e segregadas, garantindo a correta destinação industrial; e

As carcaças com sinais de má sangria devem ser identificadas e segregadas antes da etapa de pré-resfriamento, para que possam ser pré-resfriadas em equipamentos separados, de forma a garantir a rastreabilidade e a destinação específica dessas lesões.

Conforme disposto no Parágrafo único do art. 175-A do Decreto nº 9.013 de 2017 excluem-se da obrigação disposta no *caput* do art. 175-A, as carcaças de aves com fraturas e contusões e com sinais de má sangria que apresentem lesões extensas ou generalizadas e nos casos de presença de áreas sanguinolentas ou hemorrágicas difusas. Nesse caso, as carcaças serão julgadas pelo MVI durante a realização dos procedimentos de inspeção *post mortem*.

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 25 de 35



As carcaças e órgãos dos animais mal sangrados devem ser obrigatoriamente destinados ao tratamento pelo calor, quando não forem condenados, como prevê o parágrafo único do art. 144 do Decreto nº 9.013, de 2017.

O estabelecimento deverá adotar processos industriais de forma a assegurar a inocuidade, a rastreabilidade, a identidade e a qualidade do produto comestível elaborado a partir das carcaças segregadas. O procedimento adotado deverá estar previsto nos programas de autocontrole.

### *ESCALDAGEM EXCESSIVA*

A submissão da ave a escaldagem vai alterar invariavelmente a cor da pele e da musculatura superficial das aves. Existem níveis diferentes de escaldagem excessiva, sendo possível desde a liberação da carcaça até a condenação total, seguindo-se os padrões definidos pelas orientações fotográficas do DIPOA.

- a) **Liberação:** Art. 178, parágrafo único;
- b) **Condenação parcial:** Art. 178, parágrafo único; ou
- c) **Condenação total:** Art. 178.

### *EVisCERaÇÃO RETARDADA*

Em caso de evisceração retardada decorrente de falha de execução de abate e processamento da ave, deve desencadear verificação se o estabelecimento adotou ações sobre o produto e o processo conforme previsto no programa de autocontrole. A referida avaliação deve contemplar se foram estabelecidos e validados os critérios propostos no programa de autocontrole para as destinações de carcaças que, em virtude da falha de execução do abate, se encontrem em diferentes etapas do processo (insensibilização, sangria, escaldagem, depenagem, em evisceração, já eviscerado e daquelas que ainda não chegaram às linhas de inspeção).

**Liberação, aproveitamento condicional ou condenação total.**

### *SANGRIA INADEQUADA OU MÁ SANGRIA*

Enquadram-se em falhas tecnológicas as carcaças mal sangradas, ou seja, aquelas que foram submetidas ao processo de sangria (presença de cortes), mas que se apresentam com forte coloração avermelhada generalizada.

- a) **Destinação industrial (EMPRESA):** Art. 175-A; ou

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 26 de 35



b) **Condenação parcial ou total:** Art. 175-A, parágrafo único.

### *FRATURA (APÓS A MORTE)*

É necessário distinguir lesões traumáticas que tenham ocorrido com o animal vivo daquelas que ocorrem no *post mortem* (sem sofrimento do animal), para verificação do programa de autocontrole de bem-estar animal do estabelecimento. O diagnóstico de falhas tecnológicas deve compreender todas as alterações em carcaças, partes de carcaça e vísceras oriundas de falhas no processo de abate, excluídas aquelas que possuem diagnóstico já definido (como as contusões). Enquadram-se em falhas tecnológicas as fraturas após a morte em decorrência de falhas no maquinário ou no processamento.

a) **Destinação industrial (EMPRESA):** Art. 175-A; ou

b) **Condenação total:** Art. 175-A, parágrafo único.

### *LESÃO DE PELE*

As lesões de pele podem ter etiologias diversas e morfologicamente distinguem-se em: máculas, pápulas, placas, nódulos, urticas, vesículas, bolhas, pústulas, abscessos, úlceras e arranhões. Essas lesões irão variar ainda em forma, tamanho, coloração e textura (erosão, crostas, fissuras, fístulas, escamas etc.). A classificação de lesões de pele só é relevante quando identificadas lesões sujeitas à notificação obrigatória. Para estas, serão mantidos diagnósticos específicos, como "Bouba Aviária (já notificado), Bouba aviária (notificação)", os quais serão utilizados sob responsabilidade técnica do AFFA. Já no *post mortem*, será relevante a avaliação de lesões de pele que sejam primárias ou secundariamente inflamatórias e que possam gerar ou ser fruto de processos septicêmicos, ou ainda aquelas que tenham gerado algum reflexo na carcaça.

a) **Condenação parcial:** Lesões localizadas, sem reflexo na carcaça e sem relação com suspeita de doenças sujeitas à notificação deverão ser lançadas como "lesão de pele".

b) **Condenação total:** A condenação de carcaças por reflexos de lesões de pele deve ser lançada pelo diagnóstico de reflexo na carcaça, por exemplo: septicemia, magreza, caquexia, alterações musculares.

### *LESÃO INFLAMATÓRIA*

As lesões inflamatórias que possam estar relacionadas com processos septicêmicos, demandarão avaliação veterinária no DIF.

As lesões que indiquem processos sistêmicos e impliquem na condenação total das carcaças, suas partes e vísceras, devem ser registradas como "septicemia".

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 27 de 35

- a) **Liberção:** Para lesões inflamatórias isoladas em vísceras ou partes insignificantes da carcaça, deve ser removida e condenada a parte ou víscera atingida e a carcaça liberada. Exemplos: hepatite, salpingite, pericardite, enterite, onfaloflebite; ou
- b) **Condenção parcial:** Lesões avaliadas como restritas ou localizadas devem ser registradas como “lesão inflamatória”, como causa de condenção de parte significativa da carcaça. Exemplo: abscesso.

### *LESÃO TRAUMÁTICA*

Somente lesões produzidas por ação violenta, de natureza física, externa ao organismo do animal, devem ser apontadas nesse diagnóstico. São exemplos: hematomas, fraturas, perfurações, cortes, abrasões e avulsões. A relevância e extensão da lesão será avaliada pelo MVI para então definir a destinação das carcaças, suas partes e vísceras, conforme determina o Decreto nº 9.013, de 2017.

No entanto, é necessário distinguir lesões traumáticas que tenham ocorrido com o animal vivo daquelas que ocorrem no *post mortem* (sem sofrimento do animal), para verificação do programa de autocontrole de bem-estar animal do estabelecimento.

- a) **Destinação industrial (EMPRESA):** Art. 175-A;
- b) **Condenção parcial:** Art. 148, §2º e Art. 175, parágrafo único; ou
- c) **Condenção total:** Art. 148 e Art. 175-A, parágrafo único.

### *MAGREZA*

**Aproveitamento condicional:** Caracteriza-se por carcaças com tamanho, escore corporal ou peso abaixo da média do lote, com escassez ou até ausência de gordura corporal, contudo sem perda da massa muscular. Para melhor diferenciação e adequação ao respaldo legal, animais condenados totalmente devem ser enquadrados como caquéticos. As carcaças oriundas de animais magros poderão ser destinadas ao aproveitamento condicional.

### *NEOPLASIA*

Quando houver lesões neoplásicas discretas e localizadas, e sem comprometimento do estado geral, a carcaça pode ser liberada para o consumo depois de removidas e condenadas as partes e os órgãos atingidos pela neoplasia. As carcaças de animais com neoplasias extensas que apresentem repercussão no seu estado geral, com ou sem metástase, devem ser condenadas.

- a) **Condenção parcial:** Art. 165, §4º; ou

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 28 de 35

b) **Condenação total:** Art. 165.

### *SEPTICEMIA*

As lesões inflamatórias que possam estar relacionadas com processos septicêmicos, ou gerar reflexos sistêmicos na carcaça, demandarão avaliação no DIF.

Quando for diagnosticado septicemia somente será possível a condenação total (carcaça e vísceras), assim é fundamental excluir desse diagnóstico aqueles casos que se enquadrem em como Lesão inflamatória, ou seja, a alteração inflamatória em vísceras ou partes da carcaça sem repercussão no estado geral dela.

Registrada a condenação total da carcaça pela causa de septicemia, já se pressupõe a condenação das respectivas vísceras e demais partes da carcaça, que não precisam ser declaradas novamente (celulite, abscesso, hepatite, salpingite, pericardite, enterite, onfaloflebite, dermatite/dermatose).

Carcaças que além da artrite/tenosinovite apresentem alteração no seu estado geral como a caquexia ou alterações inflamatórias sistêmicas (septicemia) devem ser também destinadas na pré-inspeção, apontado o diagnóstico que implicou na sua condenação total (caquexia, septicemia...). Registrada a condenação total da carcaça, já se pressupõe a condenação das respectivas vísceras e demais partes da carcaça, que não precisam ser declaradas novamente.

### **Condenação total**

### *SÍNDROME ASCÍTICA*

A ascite é uma condição patológica que se caracteriza por extravasamento de líquido dos vasos sanguíneos e seu acúmulo na cavidade celomática das aves, podendo conter células sanguíneas. Possui caráter multifatorial, como genético (crescimento rápido), fisiológico (insuficiência cardiorrespiratória), anatômico (volume pulmonar diminuído), nutricionais (alta energia da ração), ambientais (alterações bruscas de temperatura), manejo (deficiência de ventilação) e enfermidades. Cabe ressaltar que essa lesão é de ocorrência exclusiva em aves, não ocorrendo em outras espécies, prevenindo e facilitando a detecção de lançamento equivocado.

a) **Liberação:** Hidropericárdio e pequena quantidade de líquido abdominal de cor clara ou âmbar, fluido, sem aderência e sem nenhum outro comprometimento ou alteração: condena-se as vísceras e libera-se a carcaça para consumo humano (não marcar no ábaco).

b) **Condenação parcial:** Líquido ascítico fibrinoso, viscoso, aderente na cavidade abdominal e/ou vísceras, sem nenhuma outra alteração na carcaça: condena-se o dorso e libera-se para consumo humano as asas, coxas e sobrecoxas, pés, pescoço e peito sem osso; ou

c) **Condenação total:** Distensão abdominal decorrente da presença de grande quantidade de líquido ascítico no abdômen e/ou hidropericárdio, ou quando houver intercorrência com outras alterações como

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 29 de 35

congestão sanguínea, cianose, anasarca, caquexia: condenação total da carcaça, de preferência na pré-inspeção.

### *ALTERAÇÕES INESPECÍFICAS E RESTRITAS*

Conforme as orientações do AFFA/MV, as alterações restritas, não inflamatórias, não infecciosas e não parasitológicas poderão ser removidas na linha de inspeção. Os padrões das alterações devem ser descritos no material de treinamento dos auxiliares.

**Liberação** (não marcar no ábaco).

### *ESTADOS ANORMAIS OU PATOLOGIAS NÃO PREVISTAS*

Liberação, condenação parcial, aproveitamento condicional ou condenação total: Como estados anormais/patológicos não previstos, devem ser lançadas as alterações eventuais que, na avaliação clínica e epidemiológica procedida sob responsabilidade do médico veterinário, não se demonstrem dignas de suspeita de doenças de notificação obrigatória, tampouco podendo ser enquadradas com “restritas”, “inflamatórias” ou em nenhum outro diagnóstico previsto. No caso de alterações não previstas que se tornem recorrentes ou em volume crescente, caberá ao MVI elaboração de nota técnica, informando à Adapar as características da lesão (incluindo fotos e outros materiais disponíveis, análise do perfil epidemiológico etc.).

### *MIOPATIAS*

Ficam estabelecidas as definições a serem observadas pelo SIP/POA junto aos abatedouros de aves registrados no DIPOA, sobre a aplicação do disposto no art. 175 do Decreto nº 9.013, de 2017.

Observamos que as carcaças e as partes de carcaças com aspecto repugnante devem ser condenadas, conforme definido no inciso XXVI do art. 10, e com base no disposto no art. 143 do Decreto nº 9.013, de 2017.

### *MIOPATIA PEITORAL PROFUNDA*

Caracterizada como uma necrose isquêmica que se desenvolve no músculo peitoral profundo (*Pectoralis minor*) que está localizado em um espaço confinado, entre o esterno e uma fáscia que não possui elasticidade.

Aplica-se, nesse caso, o § 2º art. 175 do Decreto nº 9.013, de 2017.

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página **30** de **35**

O SIP/POA deverá avaliar se os programas de autocontrole contemplam as destinações industriais conforme descrito a seguir, e se os procedimentos realizados pelo estabelecimento seguem o disposto em seus programas de autocontrole.

Considerando sua localização anatômica, a miopatia peitoral profunda não é visualizada nas linhas de abate, sendo apenas detectada na sala de cortes:

Devem ser removidas as lesões aparentes. As porções sem lesões podem ser comercializadas como carne em natureza; e

Os casos extremos e o produto do refile (i.e., lesões) deverão ser destinados como matéria-prima para produção de produtos não comestíveis (condenação).

### *MIOPATIA DORSAL CRANIAL*

Apresenta-se como uma necrose isquêmica no músculo *Latissimus dorsi*, caracterizando uma miodistrofia asséptica, que pode ser uni ou bilateral. A pele da região afetada apresenta edema gelatinoso amarelo citrino, inodoro e asséptico, os músculos exibem aumento da consistência, espessura e podem apresentar superfícies hemorrágicas, e estas podem se estender até as áreas de inserção das asas.

Aplica-se, nesse caso, o § 2º art. 175 do Decreto nº 9.013, de 2017.

O SIP/POA deverá avaliar se os programas de autocontrole contemplam as destinações industriais conforme descrito a seguir, e se os procedimentos realizados pelo estabelecimento seguem o disposto em seus programas de autocontrole.

Serão adotados critérios de acordo com a gravidade das lesões aparentes:

Devem ser removidas as lesões aparentes (edema, áreas hemorrágicas e alterações musculares). As partes do dorso e das asas, depois de retiradas essas lesões, podem ser comercializadas como carne em natureza; e

Os casos extremos, com generalização das lesões, e o produto do refile (i.e., lesões) deverão ser destinados como matéria-prima para produção de produtos não comestíveis (condenação).

### *ESTRIAS BRANCAS (WHITE STRIPING)*

Caracterizada pelo surgimento de estrias esbranquiçadas na superfície do músculo *Pectoralis major* de frangos que afeta principalmente a região cranial podendo se estender por todo o músculo.



Considerando que a presença das estrias brancas (*white striping*) é considerada como um estado anormal da musculatura, aplica-se nesses casos, o § 1º art. 175 do Decreto nº 9.013, de 2017.

O SIP/POA deverá avaliar se os programas de autocontrole contemplam as destinações industriais conforme descrito a seguir, e se os procedimentos realizados pelo estabelecimento seguem o disposto em seus programas de autocontrole.

Devem seguir fluxo normal de processo, podendo ser comercializados como carne em natureza, na forma em que se apresenta.

### *PEITO AMADEIRADO (WOODEN BREAST)*

Caracterizada por áreas pálidas e com rigidez aumentada do músculo *Pectoralis major* de frangos, tipicamente na parte proximal do filé do peito, considerando que esse endurecimento pode ser encontrado em todo o músculo, em casos mais graves.

Considerando que a presença do peito amadeirado (*wooden breast*) é considerada como um estado anormal da musculatura, aplica-se nesses casos, o § 1º art. 175 do Decreto nº 9.013, de 2017.

Gradação:

a) **Leve e Moderado Leve:** as lesões serão classificadas como leve, ou moderado leve, quando o músculo apresentar menos de 40% do tecido acometido, na região caudal e cranial do peito, com endurecimento em partes do filé de peito e sem presença de petéquias;

b) **Moderado Acentuado:** as lesões serão classificadas como moderado acentuado, quando o músculo apresentar entre 40% e 80% do tecido acometido, sendo possível observar a presença de petéquias localizadas, na região caudal e cranial do peito, com endurecimento integral dessa porção; ou

c) **Severo:** as lesões serão classificadas como severo quando o músculo apresentar mais de 80% do tecido acometido, com presença de hemorragias e fluido amarelado, caracterizando uma lesão extensa.

5. O SIP/POA deverá avaliar se os programas de autocontrole contemplam as destinações industriais conforme descrito a seguir, e se os procedimentos realizados pelo estabelecimento seguem o disposto em seus programas de autocontrole.

6. **Leve e Moderado Leve:** devem seguir fluxo normal de processo, podendo ser comercializados como carne em natureza na forma em que se apresenta;

7. **Moderado Acentuado:** devem seguir fluxo normal de processo, sendo removidas as lesões aparentes. A porção sem lesão poderá ser comercializada como carne em natureza. O produto do refile (i.e., lesões) poderá ser destinado como matéria-prima para industrialização; e

8. **Severo:** toda a parte afetada deverá ser direcionada para produção de produtos não comestíveis (condenação).

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 32 de 35



### *DISCONDROPLASIA TIBIAL*

Os casos de discondroplasia tibial serão tratados conforme o § 2º art. 175 do Decreto nº 9.013, de 2017. A discondroplasia tibial constitui anormalidade de desenvolvimento em frangos, perus e patos, caracterizada pela formação irregular de cartilagem na extremidade proximal de ossos longos (osteocondrose), ocorrendo com maior frequência na tíbia. Sua manifestação está associada ao melhoramento genético, visando maior conformação física, e pode ocorrer concomitante à colonização por microrganismos, constituindo foco infeccioso, como no caso das artrites.

As lesões aparentes de discondroplasia tibial devem ser removidas. As porções sem lesões podem ser comercializadas como carne em natureza. Toda a parte afetada deverá ser direcionada para produção de produtos não comestíveis (condenação); e

b) As carcaças de aves que apresentarem lesões de discondroplasia tibial com evidências de processo inflamatório ou lesões características de artrite devem ser condenadas, conforme definido no inciso XXVI do art. 10, e com base no disposto nos incisos I e II do art. 175 do Decreto nº 9.013, de 2017.

### *5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS AGENTES DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E AUXILIARES DE INSPEÇÃO EM ESTABELECIMENTOS SOB REGIME DE INSPEÇÃO PERMANENTE*

O treinamento dos Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e Auxiliares de Inspeção, denominados “equipe”, deverá ser executado conforme o Programa de Treinamento próprio e específico de cada matadouro.

Este programa de treinamento deverá contemplar:

- a) Programa escrito;
- b) Programação anual;
- c) Material teórico; e
- d) Registros auditáveis dos treinamentos.

O Programa escrito deverá estar alinhado ao Programa Geral, normas e diretrizes específicas do DIPOA. A programação anual deverá seguir a seguinte frequência mínima:

- a) Semestral - Conteúdo teórico; e
- b) Anual - Avaliação prática.

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 33 de 35

c) O material teórico deverá contemplar, no mínimo, o seguinte conteúdo:

d) Inspeção *post mortem*; e

e) Revisão completa de todas as linhas de inspeção, com enfoque nos aspectos teóricos incluindo as principais doenças detectáveis, suas possíveis repercussões em saúde pública, destinação e aproveitamento condicional, quando couber.

Consideram-se registros auditáveis dos treinamentos a relação nominal de palestrantes e ouvintes, com datas, horários e descrição do assunto abordado, além do material ministrado.

Os treinamentos teóricos deverão ser ministrados para todos os novos integrantes da equipe e as reciclagens deverão ocorrer em frequência mínima semestral.

Quanto a avaliação prática, após o treinamento inicial dos integrantes da equipe e de estes integrantes serem considerados plenamente aptos a exercer a função, os mesmos deverão ser avaliados no mínimo anualmente, até o dia 31 de outubro de cada ano, usando o modelo de avaliação constante do FORM DPAV 024 - AVALIAÇÃO AUXILIARES DE INSPEÇÃO.

A avaliação original deverá ser arquivada na sala da Inspeção e estar à disposição, de forma organizada, para auditorias e missões.

Como parte da avaliação da equipe, o MVI deverá realizar uma verificação de carcaças/miúdos que já passaram pela linha de inspeção, a fim de observar se os procedimentos desenvolvidos na linha estão sendo executados de forma adequada. A verificação deverá ser realizada a cada avaliação individual.

No caso de detecção de falhas durante a avaliação prática, devem ser adotadas ações para adequação do trabalho do integrante da equipe, incluindo a correção imediata do procedimento e o reforço do treinamento se forem observados desvios repetitivos ou graves.

Os procedimentos descritos acima devem ser registrados conforme o FORM DPAV 024 - AVALIAÇÃO AUXILIARES DE INSPEÇÃO.

Os certificados de conclusão de treinamentos externos, cedidos para os integrantes da equipe da inspeção, incluindo para MVI, deverão ser mantidos em arquivo (digital e físico) de forma organizada na sala da Inspeção.

## **6. DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este manual possui caráter orientativo, sendo destinado aos agentes que atuam na inspeção em estabelecimentos registrados no DPAV/DDA/ADAPAR, tendo sido elaborado a partir da base legal vigente.

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/004  
Versão 002  
Data de emissão: 23/10/2025  
Página 34 de 35

*7. DOCUMENTOS RELACIONADOS*

FORMULARIOS	IDENTIFICAÇÃO
FORM DPAV 018	Avaliação documental e exame clínico dos lotes encaminhados para o abate
FORM DPAV 019	Relatório de necropsia
FORM DPAV 020	Boletim de necropsia
FORM DPAV 021	Registro inspeção post mortem
FORM DPAV 022	Compilação das condenações por lote
FORM DPAV 023	Boletim sanitário (uso proibido para aves de corte)
FORM DPAV 024	Avaliação de auxiliares de inspeção
FORM DPAV 039	Boletim sanitário para aves de corte